

Brasil tem saldo de 201 mil empregos

O Brasil fechou o mês de junho com saldo positivo de 201.705 empregos com carteira assinada, número 29,5% maior que no mesmo mês do ano passado. O resultado decorreu de 2.071.649 admissões e de 1.869.944 desligamentos. O balanço é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado nesta terça-feira (30) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Os cinco grandes grupamentos de atividades registraram saldos positivos em junho. O setor de serviços gerou 87.708, o de comércio 33.412 pontos, a indústria 32.073 pontos, a agropecuária 27.229 postos e o setor de construção gerou 20.449 postos. O destaque para o crescimento foi no setor de indústria que registrou aumento de 165% em relação a junho do ano passado. No acumulado do ano (junho/2024 a junho/2023), o saldo foi de 1.300.044 empregos e, nos últimos 12 meses (junho/2023 a junho/2024), foi registrado saldo de 172.773 empregos. Apenas o Rio Grande do Sul apresentou saldo negativo entre os estados (-8.566), ainda devido às emblemas registradas em maio. Mesmo assim, o estado apresenta tendência de recuperação em relação a maio, quando foi registrada uma queda de 22.850 mil empregos. "Observamos que poderia ser pior, com mais demissões. Apesar de negativo, nos surpreendeu positivamente", disse o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ressaltando que no próximo mês o saldo de empregos ainda deverá ser negativo no estado. (AB)

ANÚNCIO. A decisão foi unânime, com alinhamento dos votos dos quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), incluindo Gabriel Galipolo

BC mantém Selic em 10,5% ao ano pela 2ª vez

Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central manteve nesta quarta-feira (31) a taxa básica de juros - a Selic - parada em 10,5% ao ano. Esta é a segunda reunião consecutiva sem alteração no patamar dos juros. A decisão foi unânime, com alinhamento dos votos dos quatro diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), incluindo Gabriel Galipolo - favorito a assumir o comando da instituição em 2025; ao do atual chefe do BC, Roberto Campos Neto.



Favorito a assumir o comando da instituição, Gabriel Galipolo concordou com Selic

Alto Justificar a opção por manter a taxa de juros inalterada, o Copom adotou um tom mais duro no comunicado. Enfatizou a necessidade de "maior vigilância" e destacou que as conjunturas doméstica e internacional demandam um "acompanhamento diligente e ainda maior cautela". "Em particular, os impactos inflacionários decorrentes das movimentações das variáveis de mercado e das expectativas de inflação, caso essas se mostrem persistentes, corroboram a necessidade de maior vigilância", disse em trecho do documento.

maior era de 3,1%). Já as estimativas para o primeiro trimestre de 2025 situam-se em 3,4% no cenário de referência e 3,2% em cenário alternativo. Repetiu a mensagem de que a política de juros deve seguir contraindo a economia por "tempo suficiente" para consolidar tanto o processo de desinflação como também para a convergência das expectativas em torno da meta. "O comitê se manterá vigilante e relembrará que eventuais ajustes futuros na taxa de juros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta", disse no comunicado.

A decisão veio em linha com a expectativa consensual do mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que a manutenção da Selic em dois dígitos, no atual nível de 10,5% ao ano, era a projeção unânime dos economistas consultados. O ciclo de corte de juros foi interrompido no encontro passado, em junho, com a retomada do consenso entre os membros do colegiado, inclusive os indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Alto em alta e estava cotado a R\$ 5,644. A depreciação do real frente à moeda americana reflete, segundo economistas, incertezas decorrentes de tensões políticas nos Estados Unidos e da questão fiscal no Brasil. Nas últimas semanas, as expectativas de inflação apuradas pelo boletim Focus foram revisadas para cima tanto para 2024 quanto para 2025. Os economistas projetam que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) feche o ano em 4,1% (em junho), o avanço era de 3,96%, o avanço de 2025, horizonte de tempo mais relevante para a decisão do BC, a estimativa saltou para 3,96%, ante 3,8% às vésperas do último Copom. A estimativa para 2026 segue estacionada em 3,6%. A meta de inflação perseguida pelo BC é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que o objetivo é considerado cumprido se oscilar entre 1,5% (pisol) e 4,5% (teto).

O colegiado manteve o cenário alternativo, no qual mantém a Selic inalterada "ao longo do horizonte relevante" (correspondendo ao primeiro trimestre de 2025). Nesse quadro, a projeção de inflação do próximo ano ficaria em 3,4% (em junho, a esti-

Alto em alta e estava cotado a R\$ 5,644. A depreciação do real frente à moeda americana reflete, segundo economistas, incertezas decorrentes de tensões políticas nos Estados Unidos e da questão fiscal no Brasil. Nas últimas semanas, as expectativas de inflação apuradas pelo boletim Focus foram revisadas para cima tanto para 2024 quanto para 2025. Os economistas projetam que o objetivo é considerado cumprido se oscilar entre 1,5% (pisol) e 4,5% (teto).

Alto em alta e estava cotado a R\$ 5,644. A depreciação do real frente à moeda americana reflete, segundo economistas, incertezas decorrentes de tensões políticas nos Estados Unidos e da questão fiscal no Brasil. Nas últimas semanas, as expectativas de inflação apuradas pelo boletim Focus foram revisadas para cima tanto para 2024 quanto para 2025. Os economistas projetam que o objetivo é considerado cumprido se oscilar entre 1,5% (pisol) e 4,5% (teto).

Alto em alta e estava cotado a R\$ 5,644. A depreciação do real frente à moeda americana reflete, segundo economistas, incertezas decorrentes de tensões políticas nos Estados Unidos e da questão fiscal no Brasil. Nas últimas semanas, as expectativas de inflação apuradas pelo boletim Focus foram revisadas para cima tanto para 2024 quanto para 2025. Os economistas projetam que o objetivo é considerado cumprido se oscilar entre 1,5% (pisol) e 4,5% (teto).

PEPASA - Plásticos de Engenharia S.A.
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETROÔNICO...
ORDEM DO DIA
1) Atribuição e aprovação da Pauta de Retificação do Acordo Coletivo de Trabalho para os estabelecimentos controlados...

OPINIONÁRIO
Pela proposta (Eduar), em nome do empregado do CETSEM - Cia. Anilinação do Estado de São Paulo...
ORDEM DO DIA
1) Litteria, alteração e atualização do Acordo Coletivo de Trabalho...

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE SANTOS, BAIXADA SANTISTA, LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS EMPREGADOS DA CETSEM, LITORAL SUL, VALE DO RIBEIRA E CANTAL DE CONVIVÊNCIA
Pela proposta (Eduar), em nome do empregado do CETSEM - Cia. Anilinação do Estado de São Paulo...

Ministério da Saúde tem congelados R\$ 4,4 bilhões do orçamento

O Ministério da Saúde foi o mais afetado com o congelamento do Orçamento de 2024, com R\$ 4,4 bilhões suspensos da dotação total de R\$ 47 bilhões. O governo federal detalhou os limites de gastos para este ano, por órgãos e ministérios, já com a suspensão total de R\$ 15 bi, anunciada na semana passada. A medida visa cumprir as regras do arcabouço fiscal e preservar a meta de déficit zero das despesas públicas prevista para o fim do ano. Depois da Saúde, o Ministério das Cidades teve R\$ 2,1 bi congelados, seguido de Transportes (R\$ 1,5 bilhão); Educação (R\$ 1,3 bi); e Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (R\$ 924,1 milhões). O órgão menos atingido com os cortes foi o gabinete da vice-presidência da República, com R\$ 100 mil, que tem uma dotação total pequena (R\$ 5 milhões). Apenas o Ministério do Meio Ambiente e Mudança

de Clima e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico não tiveram congelamentos nesta medida. O decreto do presidente Luiz Inácio Lula Silva, com o detalhamento, foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União na noite desta terça-feira (30). Os dados também estão na página do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Os ministérios e órgãos afetados têm até o dia 6 de agosto para adotar medidas de ajuste e indicar programas e ações que terão o orçamento cortado. As despesas congeladas podem ser substituídas pelos órgãos a qualquer tempo, exceto se estiverem sendo utilizadas para fins de abertura de crédito no momento de solicitação do órgão. Dos R\$ 15 bilhões suspensos, R\$ 11,2 bilhões serão bloqueados e R\$ 3,8 bilhões contingenciados. (AB)

Depois da Saúde, o Ministério das Cidades teve R\$ 2,1 bi congelados, seguido de Transportes (R\$ 1,5 bilhão); Educação (R\$ 1,3 bi); e Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (R\$ 924,1 milhões).

O órgão menos atingido com os cortes foi o gabinete da vice-presidência da República, com R\$ 100 mil, que tem uma dotação total pequena (R\$ 5 milhões). Apenas o Ministério do Meio Ambiente e Mudança